

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO ARQUITETÔNICA NA CIDADE DE JAGUARÃO 1950-1980.

THE ARCHITECTURAL RENEWAL PROCESS IN THE CITY OF JAGUARÃO 1950-1980.

Alexandre dos Santos Villas Bôas
Doutorando/PUCRS
alexandre.boas@acad.pucrs.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de renovação arquitetônica ocorrido na cidade de Jaguarão entre os anos de 1950-1980, período este em que houve a construção de prédios com estilo moderno em contraposição ao estilo eclético dominante no centro urbano. Esse processo foi capitaneado por edificações destinadas ao uso público como escolas, correios, biblioteca, bancos que foram acompanhadas pela iniciativa privada na construção de hotel, cinema e também por proprietários de imóveis residenciais. Apesar dessa tentativa de acompanhar a tendência que estava acontecendo em outros centros urbanos, a dinâmica da economia agropastoril da cidade de Jaguarão aliada ao simbolismo da arquitetura eclética para a elite não permitiu uma maior abrangência desse fenômeno, inclusive levando ao ocultamento e ataque ao estilo moderno dos prédios erguidos, que segundo essa elite seria uma destruição da cultura e história representada pelas edificações de estilo eclético do final do século XIX e início do XX. Essa visão será posteriormente corroborada pelos movimentos de preservação do patrimônio iniciados a partir de 1983 na cidade de Jaguarão e consolidada no tombamento paisagístico e histórico efetuado pelo IPHAN em 2011.

Palavras-chave: Patrimônio. Moderno. Eclético. História. Jaguarão.

ABSTRACT/RESUMEN

This article aims to analyze the process of architectural renewal that took place in the city of Jaguarão between the years of 1950 and 1980, when construction of buildings with modern style was opposed to the dominant eclectic style in the urban center. This process was led by buildings for public use such as schools, post offices, libraries, banks that were accompanied by private initiative in the construction of hotel, cinema and also by owners of residential properties. In spite of this attempt to follow the trend that was happening in other urban centers, the dynamics of the agropastoral economy of the city of Jaguarão allied with the symbolism of the eclectic architecture for the elite did not allow a greater comprehension of this phenomenon, even leading to the occultation and attack to the modern style of the erected buildings, which according to this elite would be a destruction of the culture and history represented by the buildings of eclectic style of the late nineteenth and early twentieth centuries. This view will later be corroborated by the heritage preservation movements initiated since 1983 in the city of Jaguarão and consolidated in the landscaping and historical tipping made by IPHAN in 2011.

Keywords/Palabras clave: Heritage. Modern. Eclectic. History. Jaguarão.

Introdução

A cidade de Jaguarão, localizada no extremo sul na fronteira do Brasil com o Uruguai,

sofreu um período de estagnação econômica após a década de 1920, com a queda da indústria do charque e na produção agrícola. A partir da década de 1950, voltou a apresentar um significativo crescimento econômico, principalmente pelo incremento da agricultura, com plantações de arroz e na ovinocultura com a produção de lã. O excedente de capital acumulado pela elite agrária do município foi utilizado em parte para novos empreendimentos imobiliários no centro urbano, aliado a investimentos do Governo Federal na construção de prédios públicos de estilo moderno. Esse crescimento pode ser comprovado pela tabela a seguir, que mostra a evolução da renda interna do município de Jaguarão entre os anos de 1939 a 1980, medida em valores da moeda vigente na época do levantamento efetuado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS):

1939	1949	1959	1970	1980
22928	69602	636953	4781564	262176925

Tabela 1: Renda interna de Jaguarão 1939-1980. Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1986).

Até a década de 1950, o município ainda apresentava características de um centro urbano do final do século XIX, com prédios em estilo eclético e as ruas pavimentadas com sistema macadame¹ no entorno da praça central, e nas demais de terra batida. Para Santos, o ecletismo em cidades do sul do RS assim se apresentava:

Entre os anos de 1870 a 1931, o ecletismo historicista se desenvolveu na arquitetura edificada em seis cidades da região sul do Rio Grande do Sul: Rio Grande, Pelotas, Bagé, Jaguarão, Santana do Livramento e Santa Vitória do Palmar. A então moderna estética arquitetônica eclética foi contemporânea dos melhoramentos realizados nos espaços coletivos e privados dessas localidades – a pavimentação e arborização das ruas, a organização dos logradouros públicos em praças, a implantação das canalizações de água e de esgotos, a instalação das redes de iluminação elétrica – decorrentes do desenvolvimento das cidades e do enriquecimento das classes dominantes, embasados nas exportações de produtos originados das criações de

¹ Sistema de pavimentação de ruas muito utilizado no final do século XIX em cidades do Brasil, desenvolvido pelo engenheiro escocês John Loudon MacAdam. Consistia em assentar três camadas de pedras postas numa fundação com valetas laterais para escoamento da água da chuva. Ficou conhecido vulgarmente como macadame.

gado, a principal riqueza da campanha gaúcha (SANTOS, 2010, pág. 2590).

O ritmo de vida urbano na cidade de Jaguarão era moldado pelas atividades rurais, ou seja, uma cidade com um comércio que perdera seu vigor como entreposto entre o Uruguai e o Brasil, aliada a queda da produção de charque, que movimentava a indústria e o comércio local, ficando dependente da agricultura. Assim, como se observa na figura a seguir, o centro urbano de Jaguarão em 1940 se apresentava em uma de suas ruas principais, sem pavimentação e com as árvores plantadas na faixa central sem guia, os prédios em estilo eclético predominando na paisagem.



Figura 1: Centro urbano de Jaguarão em 1940. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

É nesse panorama que o processo de renovação arquitetônica de prédios públicos e privados no centro urbano será realizado, entretanto, sob novas concepções no que tange ao estilo adotado. O estilo eclético dará lugar ao estilo moderno de arquitetura, que se desenvolveu na Europa no início do século XX, notadamente pelo arquiteto Le Corbusier, e depois chegou ao Brasil na década de 1930, tendo como principal expoente Lúcio Costa. Sobre o Modernismo na América Latina, descreve Cerávolo:

É em contraposição ao Ecletismo e a “vida parisiense”, aos gostos e costumes da *Belle Époque*, que o Modernismo como movimento cultural de renovação das formas artísticas, na América Latina, expõe também uma série de questionamentos e reflexões sobre as origens europeias do continente; a valorização da cultura popular e da diversidade étnica que são constitutivas históricas de parte significativa dos países latino-americanos (CERÁVOLO, 2013, pág. 72).

A despeito desses postulados do modernismo na Europa, principalmente de ruptura com o passado e de uma vinculação social, no Brasil a Arquitetura Moderna será inicialmente atrelada ao Estado, na construção de prédios públicos, e esse estilo será visto aqui, como sinônimo de progressismo econômico e avanço tecnológico, pautado na substituição de importações e no nacionalismo. A relação entre Estado e Arquitetura Moderna no Brasil é explicitado por Marques:

O fato é que, para existir arquitetura, precisa existir cliente. O que a faz diferir, e em grande parte, ser tardia em relação as demais esferas artísticas da modernidade, é o fato de que a arquitetura moderna só se concretiza se tiver valor de troca. Ora, como se sabe, o cliente por excelência da nascente arquitetura brasileira foi o Estado brasileiro, o qual, ansioso por consolidar seu caráter moderno e exibi-lo nas fachadas das cidades, estava longe de oferecer tarefas voltadas para o abrigo de setores menos favorecidos, pelo menos aos arquitetos (MARQUES, 2008, pág. 86).

Este novo padrão estilístico vinha de encontro ao partido arquitetônico eclético dos prédios públicos e privados da cidade de Jaguarão, ainda presentes em sua maioria na paisagem urbana. Essa mudança de estilo somente foi possível devido a centralização das políticas de planejamento urbano no Governo Federal, promovidas de forma gradual pelos ideólogos do regime, de concepções modernistas. A esse respeito relata Cavalcanti:

Conectados ao pensamento mais amplo dos intelectuais modernos, os arquitetos procuravam intervir na realidade brasileira através de atuação no serviço público, mais precisamente nas repartições do Ministério da Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema. Esse ministério havia sido criado como instrumento para a realização de uma das principais preocupações do Estado Novo: a construção do novo homem brasileiro (CAVALCANTI, 1999, pág. 180).

O Estado Novo, ditadura implantada no país a partir de 1937, colocará a administração dos estados e municípios sob o controle do governo federal, facilitando a imposição das políticas de planejamento urbano. A cidade de Jaguarão se enquadrará nesse sistema, tendo a elite aderido para não ficar alijada do poder, adotando em suas construções, de forma gradual, o estilo moderno. Apesar disso, suas residências serão mantidas em sua maioria nos padrões do estilo eclético, pelo motivo de não haver excedente de capital suficiente para uma ampla

renovação arquitetônica.

Gênese da Arquitetura Moderna em Jaguarão

A construção do prédio da Agência dos Correios e Telégrafos foi parte de um esforço do Governo Federal para a construção de edifícios públicos de estilo moderno na cidade de Jaguarão. Este projeto foi executado pelo arquiteto e construtor residente na cidade, Gaspar Scangarelli. Sobre ele, relata Weimer:

Era natural de São Paulo, onde nasceu em 03/03/1898. Residia, porém, em Jaguarão, onde realizou diversas obras de importância, como o prédio dos Correios e Telégrafos, segundo projeto vindo do Rio de Janeiro. Foi registrado como arquiteto-construtor licenciado com direito a construir prédios de até dois pavimentos. Posteriormente, sua licença foi modificada para projetista-construtor licenciado (CREA n. 642). Apresentou alguns projetos de altas qualidades gráficas. Em 1951, mudou-se para Porto Alegre (WEIMER, 2004, p.155).

Para Martins (2009, p.236) “foi um italiano que veio de Bagé e que projetou e construiu muitas obras na cidade durante as primeiras décadas do século XX”. Embora sua origem seja incerta, sua atuação profissional se deu na cidade de Jaguarão por longos anos, sendo chamado também para executar projetos em Pelotas, como descrito por Devantier:

Foi contratado para construção de marquises de ferro para divisas de casas comerciais de Pelotas, ‘notadamente da rua XV de novembro’. Entre essas casas encontravam-se a Casa Procópio (que então se mudava da Rua Gal. Neto para a Rua XV) e A Jaguareense (DEVANTIER, 2013, p.28).

Este profissional realizou obras que transitaram do estilo eclético tardio para uma arquitetura protomoderna e moderna, o que o coloca na geração intermediária entre uma arquitetura de embelezamento de fachadas para uma arquitetura voltada a questões funcionais das edificações que privilegiavam a economia de materiais e a aplicação de novas tecnologias como o cimento armado. Ainda sobre a arquitetura protomoderna implantada nas décadas de 1930 e 1940 no Rio Grande do Sul, esclarece Weimer:

Paralela e concomitante, desenvolveu-se uma nova arquitetura despojada de todo o decorativismo e do formulário historicista. Ela usava superfícies planas, fachadas lisas e a estrutura como forma de expressão. O volume passa a ter valor em si, pela

simplicidade e por sua delimitação como massa construída reduzida a essência. É claro que estamos aqui diante daquilo que viria a ser chamado de arquitetura moderna. Ainda está à procura de sua forma de expressão, mas já contém os postulados do modernismo (WEIMER, 1987, p.185).

O prédio da Agência de Correios e Telégrafos foi construído em uma área adjacente a primeira zona de expansão do município², ocorrida a partir de 1845, onde tinha como característica o predomínio de residências de estilo eclético. Com a construção deste prédio em estilo protomoderno, a fisionomia do local se modificaria para abrigar novos usos comerciais e instalações de órgãos públicos, configurando um espaço diferenciado em relação ao centro urbano histórico. Na figura a seguir, se apresenta a Agência dos Correios e Telégrafos, projeto executado por Gaspar Scangarelli. A parte térrea era utilizada para serviços da agência, enquanto na parte superior ficava a moradia dos funcionários. Se observa que vizinho ao lote se encontra uma residência de estilo eclético, a qual foi construída pelo mesmo Gaspar Scangarelli, denotando a versatilidade deste profissional e o contraste entre os estilos arquitetônicos que passariam a conviver no centro urbano de Jaguarão. Neste período esse contraste demarcava a diferença entre uma cidade progressista de meados do século XX com outra que representaria o passado e a estagnação econômica.



Figura 2: Agência dos Correios em Jaguarão. Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

Gaspar Scangarelli foi solicitado a executar outro projeto público na cidade de Jaguarão, desta vez a construção de uma escola denominada Joaquim Caetano da Silva. Esta

² O centro urbano de Jaguarão teve basicamente duas fases de expansão: a primeira ocorrida após o término da Revolução Farroupilha, com a superação das trincheiras de defesa da cidade; a segunda a partir de 1950, com a construção de prédios de estilo moderno em uma área adjacente a primeira.

obra de grande porte de estilo moderno teve impacto significativo na constituição de um novo tipo de cidade que se estava querendo implementar no município, advinda da visão de planejamento urbano de instâncias governamentais externas. Até então, a única escola de porte médio da cidade era de âmbito privado, localizada em um prédio de estilo eclético no centro urbano original, a qual tinha sido organizada pela Igreja Católica.

Com a nova concepção de modernidade advinda dos ideólogos do regime Vargas, a educação deveria estar a encargo do Estado, com base curricular nacional, tendo a construção de estabelecimentos educacionais sido priorizada para o interior do país. E a arquitetura de estilo modernista representava essa ideologia, com projetos concebidos em modelos padronizados, com algumas variações de acordo com o tamanho da instituição, mas que prezavam pelas linhas retas, sobriedade nas fachadas e no interior, denotando a preocupação com a funcionalidade e a técnica, as quais deveriam envolver, segundo essa concepção, o ambiente escolar. Embora essa escola fosse pública, seus alunos eram originários das camadas média e alta da população de Jaguarão, sendo referência durante muito tempo, da excelência no ensino e de prestígio para quem frequentava seus bancos escolares. Com o aumento do acesso das camadas mais desfavorecidas economicamente na educação básica, paulatinamente a escola foi perdendo seu padrão elitista. A partir da construção da escola, outros prédios de estilo moderno foram construídos no entorno, assim como uma grande praça no terreno adjacente.

Na figura seguinte, se observa a Escola Joaquim Caetano da Silva, que foi construída em uma área em que estava edificado o antigo Quartel do Exército, sendo este demolido em parte para a execução da obra. Apresenta dois pavimentos e linhas típicas do modernismo de característica funcional, com pavimentação da calçada com ladrilho hidráulico e grandes aberturas em vidro. Ainda segundo consta em ficha catalográfica do IPHAN, sobre o imóvel:

No seu entorno estão localizadas edificações de construção mais recente, com características modernistas e contemporâneas. Há concentração de uso residencial, com prédios térreos, construídos com recuos e isolados no lote, na maioria bem conservados e íntegros (IPHAN, 2009).



Figura 3: Escola Joaquim Caetano da Silva. Fonte: Acervo pessoal do autor (2016).

Em frente a Escola Joaquim Caetano da Silva foi construído o Cinema Regente, edifício de grande porte de estilo moderno erguido em 1958, sendo de iniciativa de uma sociedade de capital privado. Símbolo de um arrojo da elite da cidade que pretendia se igualar em termos culturais a cidades como Pelotas e Rio Grande. O interior deste cinema era luxuosamente decorado, com o saguão de entrada tendo acomodações de bancos em couro, piso revestido com mármore e paredes com pedras decorativas, dando um aspecto rústico conjugado com o moderno. Se tornou um lugar frequentado pela elite da cidade, sendo que a população de baixa renda frequentava um cinema adaptado no Teatro Esperança, prédio eclético do século XIX e que estava em precário estado de conservação. Com o advento da televisão e outras tecnologias, o cinema foi sendo inviabilizado pelo alto custo de manutenção e pouca frequência de público, assim como ocorreu nas demais cidades do país. Atualmente está sendo usado como rodoviária da cidade, apesar de ter sido tombado pelo IPHAN e incluído dentro do PAC – Cidades Históricas com destinação de verbas para seu restauro como cinema.

Na figura a seguir, se apresenta a fachada imponente do prédio do Cinema Regente em precário estado de conservação. Juntamente com escola Joaquim Caetano e a Praça

Comendador Azevedo formam um conjunto modernista com grande impacto visual na cidade de Jaguarão.



Figura 4: Cinema Regente. Fonte: Acervo próprio do autor (2015).

Remodelação do centro histórico

O processo de renovação arquitetônica realizado na cidade de Jaguarão a partir da década de 1950, inicialmente restrito a área adjacente ao centro histórico, foi estendida para o centro de características ecléticas, com prédios públicos e residenciais do século XIX. Entretanto, por não haver espaços vazios para a construção de novas edificações, a especulação imobiliária foi incentivada pela elite local, que aproveitando a disposição dos Governos Militares de incentivar novas construções de prédios públicos, decidiu efetuar a venda dos imóveis de estilo eclético para as instituições governamentais.

Um exemplo disso foi a construção da nova Agência do Banco do Brasil inaugurada no dia 18/06/1970 construída em estilo moderno. O local escolhido para a construção do prédio era ocupado pelo palacete que pertenceu ao político Henrique D'Ávila³, o qual se localizava em frente a praça principal da cidade, constituindo um conjunto arquitetônico com

³ Henrique Francisco D'Ávila (1832-1900) foi Presidente da Câmara Municipal de Jaguarão, Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Ministro de Estado do Império.

os demais prédios de estilo eclético. A quebra desse padrão arquitetônico não foi levada em consideração pelos arquitetos responsáveis pelo projeto que seguia um modelo implementado pelo Banco do Brasil em outras cidades. Na figura a seguir, datada do início do século XX, o antigo palacete é o primeiro edifício no canto superior direito, tendo a esquerda outros prédios de estilo eclético que ainda permaneceram intactos até a atualidade. Em frente aos prédios, a Praça Alcides Marques, local principal de solenidades e festas da cidade de Jaguarão.



Figura 4: Antigo palacete de Henrique D'Ávila. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Na figura a seguir, o prédio da nova Agência do Banco do Brasil na cidade de Jaguarão, construída em estilo moderno, com volumetria e fachada em desacordo com as construções vizinhas de estilo eclético.



Figura 5: Agência do Banco do Brasil em Jaguarão. Fonte: Acervo próprio do Autor (2016).

Esse fato, da demolição de um antigo palacete representativo da elite proprietária de residências no centro urbano de Jaguarão, e substituição por um prédio comercial de estilo moderno, foi saudado como sinônimo de progressismo econômico pela elite agrária do município, em uma conjuntura em que o país passava por uma ditadura militar que impulsionava a economia através da aplicação de investimentos na agricultura, privilegiando a monocultura de grandes extensões de terra, o que era o caso de Jaguarão. Além disso, a elite proprietária dessas residências foi beneficiada com a venda destes imóveis para o Governo Federal, conforme descrito no Jornal A Folha:

A enorme casa que pertenceu a tradicional e conceituada família do saudoso cidadão Mário Pereira Bretanha, foi adquirida, há pouco tempo, pela elevada soma de doze milhões de cruzeiros, pelo Banco do Brasil S/A, que nesse magnífico e bem centralizado local vai mandar construir, brevemente, moderno edifício para instalar filial de sua Agência (A FOLHA, 13/08/1964).

Dessa forma, a elite local auferia lucros com a venda de suas propriedades, ao mesmo tempo que participava, de forma indireta, da política de planejamento urbano do Governo Federal no período. A despeito de estar alijada do protagonismo no planejamento da cidade, procurou tirar partido da situação com a especulação imobiliária, mesmo que isso resultasse na perda dos imóveis de estilo eclético, que simbolizavam seu passado como elite dirigente do município. A imprensa local aderiu aos interesses dessa classe de proprietários e ainda vinculava essa construção como sinônimo do progresso econômico porque estaria passando a cidade. Esse fato fica demonstrado em reportagem de 27/06/1970 do jornal A Folha, que

tratava da inauguração do prédio da Agência do Banco do Brasil, onde o articulista colocava como título “A cidade heroica foi embelezada com mais um prédio modelar”:

Foi inaugurado, no dia 18 do corrente, às 16 horas, em Jaguarão, o novo e vistoso edifício da Agência do Banco do Brasil, situado em lugar central, ato que contou com a presença do ilustre Presidente do estabelecimento creditício do País, Dr. Nestor Jost, dos Diretores drs. Dinar Gigante e Admom Ganem, do deputado federal Vasco Amaro, autoridades civis e militares, gerentes e funcionários da mesma entidade, tanto daqui como de outras localidades e numerosos convidados especiais, num total aproximado de mil e quinhentas pessoas, que foram gentilmente obsequiadas com farto e fino coquetel (A FOLHA, 1970).

No período da ditadura militar, o município de Jaguarão se enquadrou como Área de Segurança Nacional⁴ tendo seus prefeitos nomeados a partir de 1969, o que levaria a um alinhamento entre as diretrizes do Governo Federal no que tange ao planejamento urbano e uma suposta modernização que teria o objetivo de incluir regiões periféricas como Jaguarão, no sistema capitalista, através da exploração de suas potencialidades, no caso, a agricultura. Esse discurso da modernização e inclusão do país entre as grandes potências capitalistas reverberava na longínqua fronteira do Brasil com o Uruguai, como demonstra as palavras do Presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, durante a inauguração da agência em Jaguarão, em reportagem do Jornal A Folha:

Mostrou, numa verdadeira aula de economia, que as possibilidades do Brasil de chegar a uma situação de desenvolvimento comparada à dos E.U. dependia da moderna tecnologia e da utilização da energia atômica, bem como o esforço de todos os brasileiros e da alta produção nas bases econômicas da agropecuária (A FOLHA, 1970).

O planejamento urbano da cidade de Jaguarão que vinha perdendo seu caráter localista a partir dos anos 1930 com a centralização imposta pela ditadura Vargas e teve um curto período de autonomia com a redemocratização do país em 1946, voltou a ser fortemente controlado pelas políticas urbanas da ditadura militar depois de 1964. O chamado “Milagre Econômico” ocorrido entre 1969 e 1973, com altas taxas de crescimento do PIB, impulsionou a visão de progressismo econômico aliada a uma renovação arquitetônica dos centros urbanos, que no caso de Jaguarão foi facilitada devido a seus prefeitos serem nomeados pelo governo central. A elite econômica do município representada pelos grandes proprietários de terras foi cooptada para essa visão com subsídios para a agricultura, o que viria a se

⁴ Lei nº 5.449 de 04/06/1968.

materializar com a inauguração da Agência do Banco do Brasil, responsável pela liberação destes recursos. Então naquele momento, a elite da cidade via com bons olhos a renovação arquitetônica que estava acontecendo no centro urbano, inclusive participando com iniciativas próprias, como foi a construção de um hotel de estilo moderno, em pleno centro histórico, o qual substituiu um grande edifício de estilo eclético que abrigou um hotel no mesmo local. O prédio demolido foi usado como hotel desde o início do século XX com o nome de Hotel Susini, construção de dois andares, algo incomum nos prédios de estilo eclético da cidade, se destacava na paisagem urbana em localização privilegiada no centro urbano, em frente a praça Alcides Marques, tendo como prédios vizinhos os Clubes Harmonia e Jaguarense, ambos em estilo eclético, formando um quarteirão em harmonia de estilos.

Na figura seguinte, se apresenta a fachada do antigo Hotel Susini. Este edifício de grande porte contava na parte térrea com aberturas em arco de estilo clássico, separadas por colunas decorativas com volutas jônica, do lado direito janelas em guilhotina e no lado esquerdo abertura em duas folhas com gradis de ferro. No primeiro andar, as aberturas com arcos ogivais em estilo oriental, também separadas por colunas decorativas de estilo clássico, tendo a sua frente um gradil cobrindo toda sua extensão, tendo ao centro o nome do hotel. Além disso, se observa um movimento de pessoas na frente do hotel, denotando sua importância como local de trânsito na cidade.



Figura 6: Hotel Susini em Jaguarão. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

No dia 05/09/1970 era inaugurado o novo edifício para abrigar o Hotel Sinuelo, que ao contrário da Agência do Banco do Brasil, cujo partido do projeto foi determinado pelo

Governo Federal, o novo edifício foi projetado sob as concepções da elite local que financiou e era proprietária do empreendimento. A construção do hotel foi viabilizada com a constituição de cotas em uma sociedade comercial, denominada de Sociedade Hoteleira de Jaguarão, cujos acionistas eram oriundos da elite econômica da cidade. Novamente, não foi levado em consideração pelos idealizadores do projeto o entorno do prédio, composto de edifícios de estilo eclético, sede dos clubes mais antigos da cidade. Foi uma escolha deliberada entre a elite do município, que naquele período visava a obtenção de lucro com o desenvolvimento do turismo na região, o que era contraditório, pois o maior atrativo da cidade seria o patrimônio edificado de estilo eclético.

Na figura seguinte, se apresenta a fachada do Hotel Sinuelo, construída em estilo moderno, com altura e volumetria destoantes dos prédios vizinhos, os Clubes Harmonia a direita, e Jaguareense, a esquerda, erguidos no final do século XIX. O Plano Diretor de 1978 da cidade de Jaguarão vedou a construção de prédios com mais de dois andares no centro histórico, e previa o cadastramento de prédios de interesse histórico, o qual foi realizado somente em 1988.



Figura 7: Hotel Sinuelo. Fonte: Acervo próprio do autor (2018).

Todavia, naquele período essa construção foi saudada pela elite e a imprensa local, como mostra a reportagem de 19/09/1970 do jornal A Folha, sobre a inauguração do hotel.

Nesta reportagem são enaltecidas as qualidades do projeto arquitetônico e alia esse fato com o desenvolvimento econômico da cidade, e que seriam a evidência da inserção da cidade de Jaguarão no contexto da ideologia do progressismo, do qual o regime militar após 1964 incentivava. Assim descreveu o articulista do jornal A Folha sobre o novo hotel:

Acompanhando a sequência de uma série de empreendimentos que vem sendo concretizados neste município, tivemos a grata satisfação de assistir, do dia 05 do corrente as 1730 horas tanto em nosso nome como no do jornal que representamos, a outra feliz iniciativa de homens idealistas, quando foi inaugurado o Hotel Sinuelo, lindíssimo e amplo prédio, dotado de requintados requisitos modernos, quer de beleza, quer de conforto, nele sobressaindo dentre tantas outras coisas, o fino gosto na escolha do material decorativo e do mobiliário, tornando-o um hotel completo e luxuoso, além de estar localizado no ponto mais central e mais bonito da cidade, ladeado pelas sedes dos principais clubes recreativos locais e com frente para um belo logradouro público, Largo da Bandeira e a centenária Igreja da Matriz do Divino Espírito Santo (JORNAL A FOLHA, 19/09/1970).

Esse discurso para justificar a construção desse empreendimento seguiu sendo usado por dirigentes do hotel na atualidade para exaltar as qualidades da elite local, como se observa na descrição da página eletrônica do Hotel Sinuelo, intitulada sob o nome “Quem Somos”⁵:

Com a iniciativa de empreendedores jaguarenses, grupo formado por agricultores, pecuaristas e comerciantes buscando o progresso da Cidade Heroica e os desejos de que Jaguarão trilhe a senda da evolução, assumem o compromisso de participarem financeiramente da construção de um Hotel na cidade, a altura de suas gloriosas conquistas e tradições (HOTEL SINUELO, 2018).

Posteriormente, quando se iniciará o movimento para a preservação do patrimônio na cidade de Jaguarão, o discurso será outro, de condenar os exemplos de destruição do patrimônio edificado de estilo eclético, principalmente os projetos das construções de agências bancárias no centro histórico pelos governos federal e estadual, sendo escamoteado que as vendas dos imóveis de estilo eclético onde foram erguidas as agências eram de propriedade da elite local, assim como o projeto do hotel destruiu um grande prédio de estilo eclético. Foi criado a partir de então, a versão de que os prédios de estilo eclético foram preservados graças ao zelo de proprietários imbuídos de manter as tradições arquitetônicas da cidade, principalmente o patrimônio de estilo eclético.

Modernidade e exclusão social

⁵ Extraído de www.hotelsinuelo.com.br Acessado em 13/02/2018.

Diferentemente do que ocorreu no final do século XIX, quando a população de baixa renda estava empregada nas atividades rurais e mantinha suas habitações em terras arrendadas pelos grandes proprietários, após o processo de mecanização da agricultura ocorrido a partir dos anos 1950 no país, houve a supressão de empregos e consequente êxodo desses trabalhadores para a periferia da cidade de Jaguarão. Este fenômeno de evasão de trabalhadores rurais pode ser comprovado pelos dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística de Jaguarão em 1970, relativos a três décadas, conforme tabela a seguir:

	População Urbana	População Rural	Total
1950	9.382	6.873	16.255
1960	12.336	6.040	18.376
1970	16.541	5.849	22.390

Tabela 2: População Urbana e Rural de Jaguarão 1950-1970. Fonte: Jornal A Folha (31/10/1970), adaptado pelo autor.

Nesta conjuntura, de saída dos trabalhadores rurais para a cidade, conjugado com o empobrecimento dos trabalhadores urbanos e a falta de moradias, o crescimento dos bairros periféricos constituídos de habitações precárias começou a se acentuar com a formação de núcleos residenciais sem qualquer infraestrutura, gerando um contraste com os investimentos realizados pelo poder público no centro urbano. O centro histórico e adjacências foi historicamente privilegiado com recursos públicos da administração municipal, a qual era controlada pela elite agrária do município. Os trabalhadores se deslocaram para áreas periféricas da cidade, primeiramente para o local conhecido como Cerro da Pólvora, o qual ficava a uma distância não muito grande do centro urbano, permitindo que seus moradores realizassem pequenos serviços para minorar a falta de trabalho. Esta situação de precariedade chegou a tal ponto, que as habitações desses trabalhadores foram construídas de paredes de barro e telhado de palha, como pode ser observado na figura a seguir:

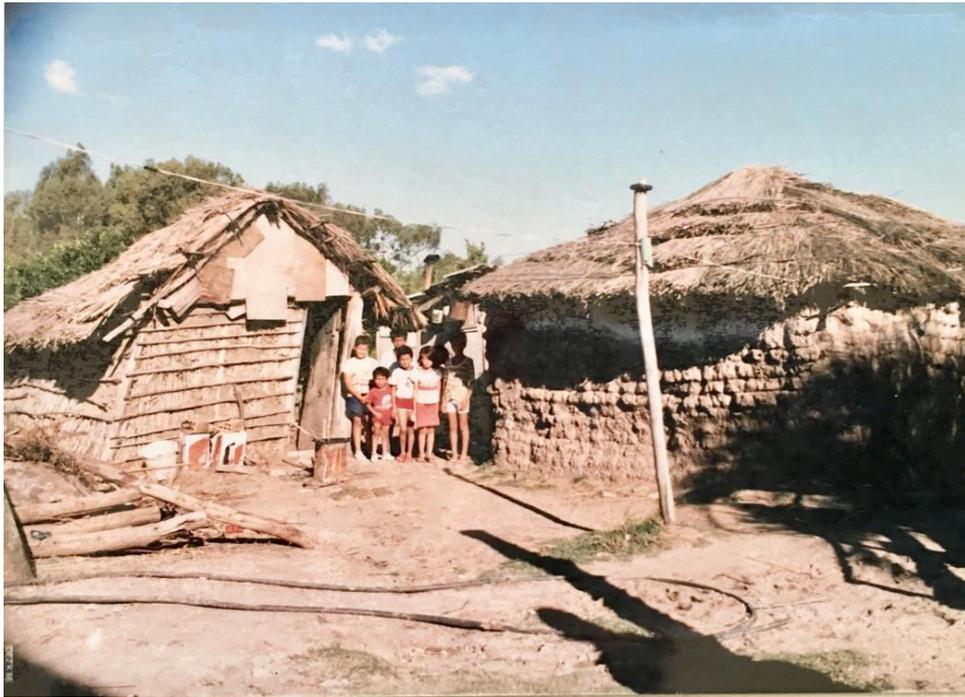


Figura 8: Residências na periferia de Jaguarão. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Para atender em parte essa situação de falta de habitações o governo municipal em parceria com o governo federal, firmaram convênio para a construção de casas populares, constituindo o Bairro Kennedy, como relatado no Jornal A Folha:

A Prefeitura Municipal fez entrega, domingo último, como verdadeiro presente de Páscoa a diversos contemplados, das primeiras 35 casas populares da Vila Kennedy, no prolongamento da rua Júlio de Castilhos, onde brevemente, mais 94 residências serão distribuídas, seguidas de outro conjunto de 100 habitações, que no mesmo local será construído (JORNAL A FOLHA, 1º/04/1967).

Este projeto fazia parte dos esforços dos governos militares em atender certas reivindicações de setores populares da sociedade, aumentando a adesão ao regime e ao mesmo tempo que beneficiava grandes empreiteiras que construía essas obras. Mas esses investimentos foram drasticamente reduzidos com a crise econômica do final da década de 1970, fazendo com que os trabalhadores continuassem em grande parte vivendo em situação precária, em bairros improvisados e sem infraestrutura. Esta situação chegou a tal ponto que foi motivo de uma reportagem do Jornal Correio do Povo, sobre os bairros periféricos da cidade de Jaguarão. As moradias permaneciam no mesmo improvisado, conforme expressado a seguir:

O casebre em que moram é feito de torrão e capim, ou então pedaço de papelão e plástico, tábuas velhas e qualquer outro material que encontram. O barro é retirado do próprio pátio da casa, criando verdadeiros poços no fundo do quintal. As janelas são buracos abertos e dificilmente uma casa destas tem mais de duas peças. Ali eles cozinham, dormem, fazem toda sua vida. Cama é difícil eles terem, as vezes tem uma ou duas onde dorme o casal com seis, sete filhos. Esta promiscuidade se justifica: o inverno é frio e assim eles se agasalham com o calor dos próprios corpos (JORNAL CORREIO DO POVO, 06/08/1978).

Alheios ao que se passava no centro urbano elitizado, esses trabalhadores empurrados para a periferia da cidade ainda se sujeitavam a trabalhar para os grandes proprietários de terras em condições extremamente desfavoráveis, obrigados a deixar suas famílias durante meses na época da safra, passando estas as maiores dificuldades para se manter, como revela reportagem do mesmo jornal:

Eles têm que permanecer nestes locais sem retornar para casa. Nesta espera as mães apelam para a compra fiada, em botecos próximos, que aproveitam o fato para vender mais caro. Quando os homens voltam o que eles ganharam não dá, muitas vezes, nem para pagar estas compras feitas no seu período de ausência. Na entressafra a situação piora; os homens ficam sem trabalho, nervosos pelo ócio, caem no marasmio e apelam para o vício (JORNAL CORREIO DO POVO, 06/08/1978).

Considerações finais

A cidade de Jaguarão, localizada no extremo sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai, passou por um período de renovação do estilo arquitetônico no centro urbano, de uma arquitetura de estilo eclético consolidada no final do século XIX para uma arquitetura de estilo moderno em meados da década de 1950. Esta renovação teve como pressupostos o desenvolvimento econômico com o incremento da agricultura, após um período de estagnação econômica verificado entre a década de 1920 a 1950, e a mudança de conceitos de planejamento urbano na esfera federal, primeiramente com o Estado Novo em 1937, quando os arquitetos modernistas foram cooptados para o regime ditatorial e implantaram os paradigmas de projetos para construção de edifícios públicos. Em um segundo momento, com o advento da ditadura militar depois de 1964, a ideologia do progresso econômico será ligada aos projetos de arquitetura moderna, com o regime incentivando a remodelação de centros urbanos.

No primeiro período, os projetos de prédios públicos de estilo moderno foram executados em uma área contígua ao centro histórico, onde não havia prédios de estilo

eclético significativos, permitindo criar uma zona inteiramente nova de características modernistas, com prédios públicos e comerciais privados. Por conta disso, esse local se configurou em uma zona de expansão do centro urbano, deslocando em parte as atividades do centro histórico, inclusive com a criação de uma nova praça de grande porte no entorno das novas construções. Este planejamento urbano permitiu que os prédios do centro histórico fossem preservados, não criando um contraste na paisagem urbana, formada em sua maioria por fachadas de estilo eclético.

Em um segundo momento, os projetos de prédios públicos oriundos dos governos militares foram concentrados no centro histórico, tendo a parceria da elite econômica da cidade, a qual viu nessa disposição do regime uma oportunidade dupla; de obter lucros com a especulação imobiliária, com a venda de edifícios de estilo eclético para instituições governamentais, e com isso também participar da política de planejamento urbano do Governo Federal. Os prédios que foram demolidos para dar lugar a agências bancárias e hotel, estavam localizados no ponto mais privilegiado do centro histórico, compondo um conjunto de estilo eclético homogêneo.

Posteriormente, com movimentos de preservação patrimonial iniciados no final dos anos 1970, o município adotou um Plano Diretor que proibiu construções acima de dois pavimentos e permitiu o inventário dos prédios de interesse histórico do centro histórico da cidade de Jaguarão. Com essa mudança de conceito em relação ao patrimônio edificado do centro histórico, a elite do município efetuou uma mudança de discurso, propagando a ideia de que, as destruições dos prédios do centro histórico foram realizadas por determinação do Governo Federal, e o que ficou preservado foi graças ao seu empenho em manter as tradições arquitetônicas da cidade. Essa versão escamoteava o fato do lucro obtido com a destruição dos prédios de estilo eclético e o alinhamento que havia dessa elite com a política de planejamento urbano do regime militar.

Dentro deste contexto, de renovação arquitetônica e investimentos na infraestrutura no centro urbano do município de Jaguarão, a periferia da cidade recebia os trabalhadores rurais e urbanos, os quais não tinham acesso as moradias do centro histórico, constituindo bairros com habitações precárias, sem qualquer tipo de investimento do poder público. Esta situação redundou em uma pressão na administração municipal que realizou a construção de um bairro popular na periferia da cidade, entretanto não foi suficiente para resolver o problema da falta de moradias, continuando a formação de núcleos residenciais de estrutura vulnerável.

A cidade de Jaguarão convivia com duas realidades; a do município com planejamento

urbano consistente, de investimentos do poder público e privado, que gerou dividendos para a elite econômica do local, e a da periferia, que não tinha nenhuma política urbana de atendimento as necessidades de seus moradores, trabalhadores que eram explorados pelos grandes proprietários de terras. Foi intenção neste artigo, de demonstrar como a construção de determinado tipo de arquitetura é influenciado pela ideologia de planejamento urbano e como são apropriadas pelos atores locais, notadamente a elite, que no caso de Jaguarão detinha o controle do capital e da administração municipal.

Referências

Livros

Fundação de Economia e Estatística. Renda interna municipal RS – 1939-1980. Porto Alegre, 1986.

Cerávolo, Ana Lúcia. Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960. São Carlos, eduFSCar, 2013.

Weimer, Gunter. Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul (1892-1945). Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

WEIMER, Gunter. A arquitetura no Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IPHAN. Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Brasil, 2009.

Periódicos

Santos, Carlos Alberto Ávila. Construtores e Artífices Italianos no Ecletismo do Sul do Rio Grande do Sul: 1870-1931. 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Cachoeira, 2010.

Marques, Sônia. Arquitetura Brasileira, Uma Pós-Modernidade mais do que Contraditória.

UFBA, 2008. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/rua/article/viewFile/3138/2254>>

Dissertação

Devantier, Vanessa da Silva. Visões do Urbano: a Rua XV de Novembro. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio e Memória Social. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Vanessa-Devantier.pdf>> Pelotas/RS. Ufpel, 2013. Acessado em 15/02/2018.

Sites

Hotel Sinuelo. Página eletrônica. Disponível em:

<www.hotelsinuelo.com.br/website/hotelsinuelo/quem/>. Acessado em 15/02/2018.

Jornais

Jornal Correio do Povo. O Drama das Vilas Fronteiriças. Porto Alegre, 06/08/1978.

Fotografias antigas da cidade de Jaguarão. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Jornal A Folha. (1964-1975). Jaguarão, 2016.